

Análise regressiva socioeconômica e ambiental para compreensão da organização sindical e atuação do poder público: estudo de caso do assentamento Paulo Fonteles – Mosqueiro, Belém –PA

Regressive socioeconomic and environmental analysis to understand the union organization and the role of the government: case study of the Paulo Fonteles settlement - Mosqueiro, Belém - PA

DOI:10.34117/bjdv6n6-380

Recebimento dos originais: 08/05/2020

Aceitação para publicação: 16/06/2020

Raimara Reis do Rosário

Graduanda em Agronomia

Instituição: Universidade Federal Rural da Amazônia

Endereço: Estr. Principal da UFRA, 2150 – Curió Utinga, Belém – PA

E-mail: raimara.reis.rr@gmail.com

André Gustavo Campinas Pereira

Especialista em Geoprocessamento Aplicado à Agroecologia e ao Uso dos Recursos Naturais

Endereço: Rua Juracy Silva, 25 – Castanheira, Belém – PA

E-mail: campinasandres@gmail.com

Laise Ribeiro Aleixo

Graduanda em Agronomia

Instituição: Universidade Federal Rural da Amazônia

Endereço: Estr. Principal da UFRA, 2150 – Curió Utinga, Belém – PA

E-mail: laisealeixo95@gmail.com

Marcus Vinicius Santiago de Oliveira e Silva

Graduando em Agronomia

Instituição: Universidade Federal Rural da Amazônia

Endereço: Estr. Principal da UFRA, 2150 – Curió Utinga, Belém – PA

E-mail: marcus.kof@hotmail.com

Érica Coutinho David

Graduanda em Agronomia

Instituição: Universidade Federal Rural da Amazônia

Endereço: Estr. Principal da UFRA, 2150 – Curió Utinga, Belém – PA

E-mail: ericacdavid3@gmail.com

Frederyco Augusto Pereira Elleres

Engenheiro Cartógrafo e Agrimensor

Endereço: Passagem Augusto Numa Pinto, 240 – Marco, Belém – PA

E-mail: fredelleres@gmail.com

Danielle do Socorro Nunes Campinas

Mestra em Agronomia

Endereço: Rua Juracy Silva, 25 – Castanheira, Belém – PA

E-mail: daniellecampinas@yahoo.com.br

Letícia Cunha da Hungria

Doutoranda em Agronomia

Instituição: Universidade Federal Rural da Amazônia

Endereço: Estr. Principal da UFRA, 2150 – Curió Utinga, Belém – PA

E-mail: leth_hungria@hotmail.com

RESUMO

O objetivo do estudo foi compreender, através da metodologia SEA, qual é a influência da organização dos moradores do Assentamento Paulo Fonteles sobre as melhorias produtivas e sociais, bem como a força de reivindicação que a união dos assentados exerce sobre ações do poder público na melhoria da qualidade de vida desta população. O levantamento ocorreu em uma unidade familiar em 18 de junho de 2019. Para a construção da dimensão de análise “organização sindical e atuação do poder público”, foram selecionadas características que poderiam atribuir informações pertinentes à dimensão estudada, tais como: participação em associação de produtores ou movimentos organizacionais, capacidade dos produtores de reivindicar direitos em instâncias decisórias, atuação do poder público, atuação dos provedores de serviços, organização dos moradores mediante da gestão dos recursos naturais e atuação dos moradores em atividades de produção agropecuárias. Para cada cara houve a classificação que variou de 01 a 05, sendo 01 (muito baixo) e 05 (muito alto), fazendo uma comparação entre os anos de 2006 e 2019. Identificou-se que no intervalo de tempo avaliado houve decréscimo nos atributos estudados, com exceção do atributo “participação do poder público”, que segundo a entrevistada, sempre foi insuficiente. A partir da análise SEA, pode-se concluir que dentre todos os atributos presentes na dimensão “organização sindical e atuação do poder público”, o atributo “participação em associação de produtores ou movimentos organizacionais”, exerceu a maior influência na dinâmica da maioria dos resultados encontrados na dimensão pesquisada.

Palavras-Chaves: Agricultura familiar, movimento organizacional, desenvolvimento socioeconômico.

ABSTRACT

The objective of the study was to understand, through the SEA methodology, what is the influence of the organization of the residents of the Paulo Fonteles Settlement on the productive and social improvements, as well as the force of claim that the union of the settlers exerts on actions of the public power in the improvement the quality of life of this population. The survey took place at a family unit on June 18, 2019. For the construction of the size analysis "union organization and action of the government," features were selected that could assign relevant information to the studied dimension, such as: participation in producers' association or organizational movements, ability of producers to claim rights in decision-making bodies, government's performance, performance of service providers, organization of residents through the management of natural resources and activities of residents in agricultural production activities. For each guy there was a classification that varied from 01 to 05, being 01 (very low) and 05 (very high), making a comparison between the years 2006 and 2019. It was identified that in the evaluated time interval there was a decrease in the studied attributes, with the exception of the attribute “participation of the public power”, which according to the interviewee, was always insufficient. From the SEA analysis, it can be concluded that among all the attributes present in the dimension “trade union organization and performance of the public power”, the attribute “participation in association of producers or organizational movements”, exerted the greatest influence on the dynamics of most of the results found in the researched dimension.

Key words: Family farming, organizational movement, socioeconomic development.

1 INTRODUÇÃO

A década de 60 no Brasil é marcada pela intensa crítica social e mobilizações a favor dos direitos da população, neste período, diversos movimentos sociais ganharam força e potencializaram suas disputas, incluindo os movimentos que pautavam a distribuição de terras (PINTO et al., 2019). O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) é um exemplo desses grupos e possui como objetivos, a realização da reforma agrária, a prática sustentável de produção de alimentos e proporcionar a melhoria na qualidade de vida de famílias estabelecidas no campo (PINTO et al., 2019).

O sistema de reforma agrária no Brasil, através das atuações dos movimentos sociais, promove modificações nas esferas sociais, políticas e econômicas que compõe a estrutura fundiária no meio rural, contribuindo com a conquista do direito ao uso da terra para famílias de agricultores rurais (FERNANDES, 2017). As ocupações promovidas por estes movimentos demonstram os problemas presentes no campo, tais como a existência de latifúndios improdutivos e a pobreza rural (FERNANDES, 2017).

O processo histórico dos assentamentos rurais na região metropolitana de Belém reflete as contradições existentes nesta área, como o aumento da concentração fundiária e as desigualdades nas relações de trabalho que acabam provocando mudanças no modo de vida de algumas comunidades, gerando um processo de luta cada vez maior no cenário agrário local (CORRÊA; FERREIRA, 2017). Dentro dos assentamentos rurais oriundos a partir da reforma agrária, o sistema de produção familiar é sem dúvida o modo produtivo predominante (NASCIMENTO, 2012).

A agricultura familiar corresponde a produção agropecuária que forma a base de 90% da economia de municípios compostos por até 20 mil habitantes (MDA, 2020). Este sistema é responsável por criar empregos para 40% da população economicamente ativa e gera 35% do Produto Interno Bruto (PIB) do país, sendo detentora da produção de 21% do trigo, 46% do milho, 70% do feijão e 87% da mandioca produzida no Brasil (MDA, 2020). Desta forma, áreas que concentram sistemas de produção de base familiar necessitam de incentivos adequados para o desenvolvimento produtivo e social (NASCIMENTO, 2012).

Dentre os gargalos enfrentados pelos produtores de base familiar, especialmente os assentados, destaca-se o estabelecimento de diretrizes voltadas para melhoria produtiva e geração de renda, visando à permanência destas pessoas no meio rural. (SANGALLI; SCHLINDWEIN; STURZA, 2017). É importante observar que, na maioria das vezes, as condições que essas famílias encontram nas terras que são redistribuídas para formação dos assentamentos são adversas, em função

da baixa produtividade dos lotes, eleva a distância para com os centros urbanos, falta de infraestrutura básica de serviços e escassez de recursos financeiros (SANGALLI; SCHLINDWEIN; STURZA, 2017).

Portanto, o setor ligado à agricultura familiar é dependente de incentivos governamentais, tais como políticas de fomento da agricultura através do crédito rural, desenvolvimento de pesquisas técnico-científicas direcionadas a sistemas agropecuários de menor escala, assistência técnica e serviços básicos, visando à redução da pobreza e desenvolvimento destas localidades (GUILHOTO et al., 2005).

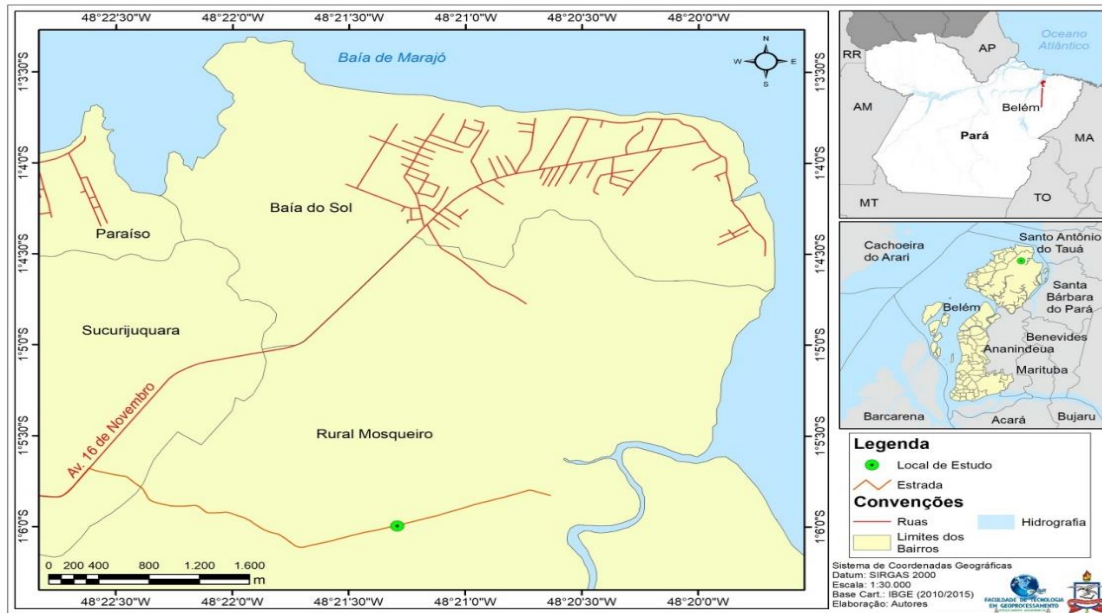
Considerando a complexidade envolvendo as relações sociopolíticas presentes dentro dos assentamentos rurais oriundos da reforma agrária, alguns estudos conduzidos para a compreensão de cenários como estes utilizam metodologias como a Análise Regressiva Socioeconômica e Ambiental (SEA) (Oliveira et al., 2019). O método funciona como uma ferramenta de avaliação dinâmica de diversos fatores, por meio de uma análise comparativa de alterações das características, pertinentes à pesquisa, e seu comportamento ao longo de um intervalo de tempo pré-definido.

Neste sentido, o objetivo do estudo foi compreender, através da metodologia SEA, qual é a influência da organização dos assentados sobre as melhorias produtivas e sociais, bem como a força de reivindicação que a união dos assentados exerce sobre ações do poder público na melhoria da qualidade de vida desta população.

2 MATERIAL E MÉTODOS

A pesquisa foi realizada no assentamento Paulo Fonteles (Figura 1), localizado no distrito de Mosqueiro, Belém (PA), na estrada da Baía do Sol, a cerca de 5 km da estrada do Carananduba (Pantoja, 2010). Este assentamento possui uma área total de aproximadamente 927, 94 hectares (Ideflor-Bio, 2016).

Figura 1 – Mapa de localização do Assentamento Paulo Fonteles, Distrito de Mosqueiro, Belém - PA.



Fonte: Os autores.

A coleta de dados primários ocorreu em 18 de junho de 2019, a partir de entrevista realizada em uma unidade familiar, onde foram registradas informações que visaram identificar a forma como os assentados se organizam sindicalmente e a atuação do poder público mediante as situações recorrentes na área.

A metodologia SEA consiste em uma análise comparativa-temporal entre dois períodos, sendo definida uma dimensão para análise que possuiu diversas características que as representaram. Este estudo teve como parâmetro de avaliação temporal o intervalo de treze anos (2006 e 2019), que correspondeu ao tempo em que o assentamento Paulo Fonteles foi consolidado (PEREIRA et al., 2020).

Para o levantamento, foram consideradas diversas informações de caráter quantitativo e qualitativo por meio de pesquisa bibliográfica e de campo. A construção do questionário semiestruturado para avaliação da dimensão “organização sindical e atuação do poder público” teve como objetivo recolher as seguintes informações: participação em associação de produtores ou movimentos organizacionais, capacidade dos produtores de reivindicar direitos em instâncias decisórias, atuação do poder público, atuação dos provedores de serviços, organização dos moradores mediante a gestão dos recursos naturais e atuação dos moradores em atividades de produção agropecuárias.

Cada um dos atributos foi avaliado com base em um escore que teve a seguinte classificação: 01 (muito baixo); 02 (baixo); 03 (médio); 04 (alto) e 05 (muito alto), fazendo uma comparação entre os dois períodos analisados (OLIVEIRA et al., 2019). As informações inseridas nos questionários

levaram em conta a percepção de proprietários bem como observação em campo por parte da equipe técnica para cada um dos atributos estudados (PEREIRA et al., 2020).

Após a classificação com base na atribuição dos escores em cada uma das variáveis, utilizaram-se cálculos estatísticos para mensurar o índice de progresso ou declínio de cada dimensão com o objetivo de fazer a análise regressiva. Para calcular o índice da dimensão SEA, utilizou-se a metodologia de Oliveira et al. (2019), onde foram somados os escores atribuídos a cada um dos atributos de cada dimensão analisada, dividindo-se pela soma total de possíveis escores 05 (muito alto), podendo ser representada pela seguinte fórmula:

$$I = \frac{(e1 + e2 + e3 + \dots + en) * 1}{(a * 5)}$$

Onde:

I = Índice da dimensão SEA analisada para um determinado período de tempo;

e = Escore definido para o atributo analisado;

a = Quantidade de atributos definidos para a dimensão SEA.

Dessa forma, os índices obtidos podem ir de zero a um (0 – 1), sendo que quanto mais próximo de um (1) for o índice, melhor será a avaliação da dimensão SEA e quanto mais próximo de zero (0), pior será a avaliação. Os índices obtidos para os dois períodos avaliados, forneceram resultados quantitativos que puderam demonstrar se a área, objeto do estudo, apresentou desenvolvimento ou declínio para a dimensão avaliada em função do tempo (PEREIRA et al., 2020).

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na Tabela 1 e Figura 2 é possível observar os atributos avaliados e seus respectivos índices na dimensão “organização sindical e atuação do poder público”.

O índice de organização sindical e atuação do poder público passaram de 0,57 em 2006 para 0,23 em 2019, o que representou um decréscimo percentual de aproximadamente 59,65% referente ao período analisado. Em 2019, quando comparado ao ano de referência, houve declínio dos índices de todos os atributos avaliados, exceto da atuação do poder público, que permaneceu sem alterações em ambos os períodos.

Tabela 1 – Organização Sindical e atuação do Poder Público.

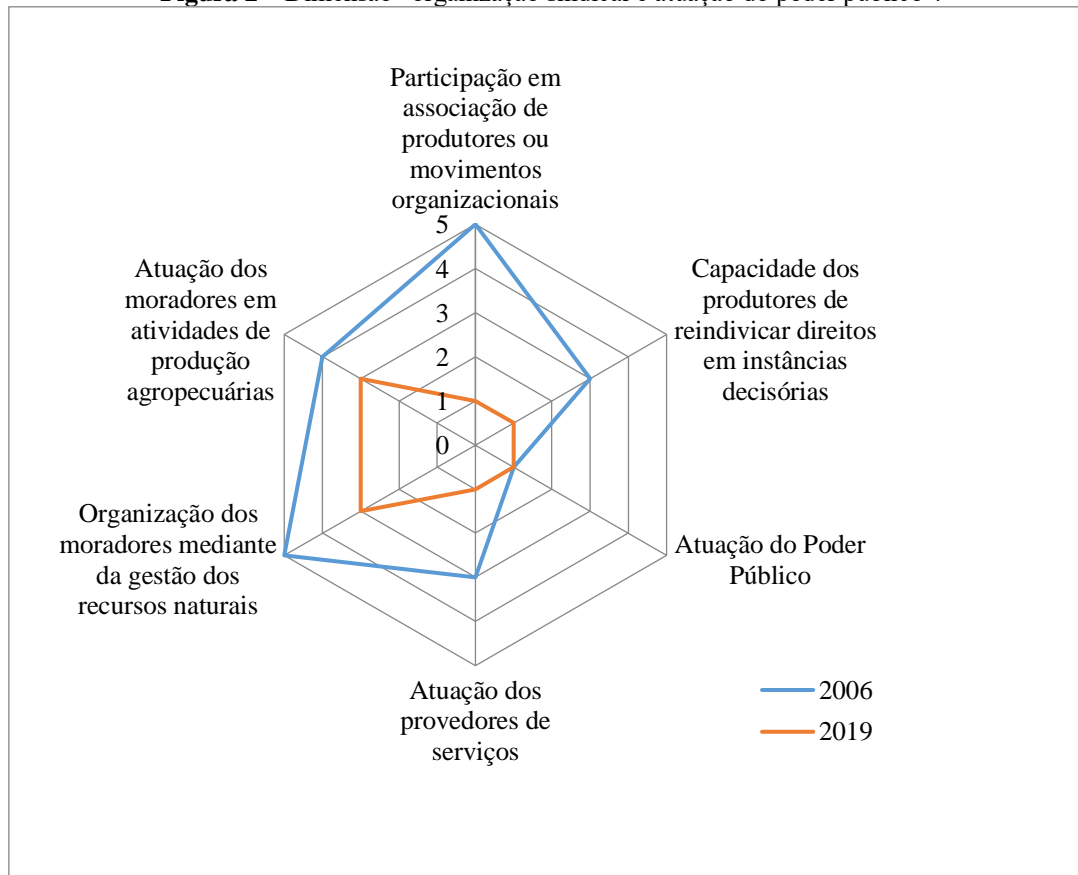
Atributos	2006*	2019**
Participação em associação de produtores ou movimentos organizacionais	5,0	1,0
Capacidade dos produtores de reivindicar direitos em instâncias decisórias	3,0	1,0
Atuação do Poder Público	1,0	1,0
Atuação dos provedores de serviços	3,0	1,0
Organização dos moradores mediante da gestão dos recursos naturais	5,0	3,0
Atuação dos moradores em atividades de produção agropecuárias	4,0	3,0
Índice de Organização Sindical e Atuação do Poder Público (0-1)	0,57	0,23

*= Ano de referência

**= Ano de realização da pesquisa

Fonte: Os autores.

Figura 2 – Dimensão “organização sindical e atuação do poder público”.



Fonte: Os autores.

A menor participação em associação de produtores ou movimentos organizacionais é comumente relacionada à falta de compromisso dos assentados e destes assumirem responsabilidades quando se trata de associativismo ou sindicalismo. Lengler; Lago; Coronel (2007), ao avaliarem as características da organização associativa no setor apícola no Rio Grande do Sul, identificaram que os problemas que são relacionados à falta interesse e participação de associados, não são

problemáticas presentes apenas em entidades envolvidas ao setor apícola, mas em diversos setores. Os mesmos autores sugerem como alternativa o estímulo de ações de capacitação dos associados sobre a importância da educação associativa, onde seriam divulgadas para cada um dos integrantes, informações referentes às dificuldades que poderão enfrentar dentro dessas organizações, bem como, as vantagens que poderiam ser alcançadas por meio do comprometimento de cada associado (LEGLER; LAGO; CORONEL, 2007).

Não há sentido algum em formar uma organização quando uma ação individual independente pode promover os interesses dos indivíduos tão bem, ou melhor, que uma organização (MIRANDA; CUNHA, 2018). Por outro lado, quando um determinado grupo de indivíduos possuem interesses em comuns, ou coletivos, a ação individual independente não poderá promover esses interesses adequadamente (MIRANDA; CUNHA, 2018).

Segundo Lengler; Lago; Coronel (2007), o ato de cooperar é um princípio básico na humanidade. Esta ação é uma forma organizacional de trabalho presente em todos os modelos sociais e modos de produção, tais como o socialismo, capitalismo e outros (ZAMBERLAM; FRONCHETI, 1992). Sabe-se que o ato de cooperar gera um ambiente de conhecimento em que o compartilhamento ou troca de informações são identificados (SILVA, BINOTTO, VILPOUX, 2016). Análogo a isso, a difusão de informações reforça a relação de cooperação e confiança entre os envolvidos (SILVA, BINOTTO, VILPOUX, 2016).

Para uma melhor compreensão a respeito dos efeitos decorrentes do movimento de organização dos produtores rurais, será necessário entender que ações de essência coletiva conseguem modificar a forma de agir e pensar de pequenos produtores que estavam isolados e dispersos, transformando-se em uma força coesa, sobretudo na facilitação de relações econômicas e políticas, como exemplo das transações de compra de insumos, processamento de produtos primários, comercialização, prestação de serviços e outros (LEGLER; LAGO; CORONEL, 2007; MOREIRA; SOUZA, 2018). Quando muitos indivíduos usam a reciprocidade, há um incentivo para adquirir uma reputação, manter promessas e executar ações, que dependem da cooperação de todos, com custos em curto prazo, mas benéficas à coletividade em longo prazo (MIRANDA; CUNHA, 2018).

Desta forma, é possível identificar a importância da formação e continuidade de movimentos coletivos, especialmente no que se refere à obtenção de resultados que seriam impossíveis de ocorrer através de ações individuais (OSTROM, 1998; LENGELER; LAGO; CORONEL, 2007; MIRANDA; CUNHA, 2018).

A redução do atributo “capacidade dos produtores de reivindicar direitos em instâncias decisórias” também é justificado devido ao enfraquecimento da organização dos produtores para com

a associação, pois, segundo relatos dos produtores, órgãos como o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), só atendem pessoas jurídicas (no caso dos assentamentos).

Os trabalhadores rurais atuam como atores transformadores do meio agrário, pois através de sua organização e união, conseguem força para modificar e acrescentar novas características ao meio que envolve os assentamentos rurais (FABRINI, 2020).

Os sindicatos e associações têm se revelado como entidades para viabilização e reivindicações dos trabalhadores rurais no Brasil (NEUMANN; FARJADO, 2017). Desta forma, essas entidades organizacionais, visam coordenar, defender e representar os interesses de seus associados, principalmente no âmbito das políticas agrícolas e públicas (NEUMANN; FARJADO, 2017). Nessas ações políticas, desenvolvem-se reivindicações para com o estado, pelo direito ao acesso ao crédito rural, assistência técnica, infraestrutura e outras melhorias para a qualidade de vida desta população (ESTERCI et al., 1992).

Segundo a Ideflor-Bio Informa (2016), no assentamento Paulo Fonteles, as famílias praticam a horticultura, piscicultura, criação de pequenos animais e a extração do látex da borracha para uso no artesanato, além de culturas de subsistência como a mandioca. A utilização de sistemas produtivos de culturas de importância econômica e criação de pequenos animais, permitem um aumento na variedade de alimentos que podem servir como incremento de renda e/ou subsistência dos assentados, contribuindo com a soberania alimentar destas famílias. É possível identificar no assentamento Paulo Fonteles, por meio dos relatos coletados nesta pesquisa, uma diminuição da atuação dos moradores em atividades de produção agropecuárias devido ao aumento das dificuldades relacionadas à assistência técnica adequada e acesso ao crédito rural, que surgiram com o passar dos anos. Algumas famílias foram obrigadas a abandonar atividades de produção dentro de suas propriedades, buscando em outras regiões de Belém, serviços que são desligados da produção agropecuária.

Várias teorias são formuladas para abordar as problemáticas referente ao processo de êxodo rural e suas causas, principalmente aquelas relacionadas aos projetos de políticas públicas adotadas pelos governos estaduais, como também o fomento de sistemas produtivos para monocultivos e utilização intensiva de capital para mecanização do campo (PUGAS, 2015).

De forma geral, quando se considera a influência externa para o êxodo rural, dois fatores induzem este processo: o cenário agrário brasileiro, que historicamente é caracterizado por uma má distribuição de terras e adoção de políticas públicas para promoção do desenvolvimento rural da agricultura patronal de grande escala (PUGAS, 2015).

Teló; David (2012), ao pesquisarem sobre as implicações decorrentes do êxodo rural em uma região do Rio Grande do Sul afirmaram que este é um processo histórico, sendo identificado desde as décadas de 50 e 70, havendo uma relação direta entre as condições exigidas para o acesso ao crédito

rural e a migração de pessoas do campo para a centro urbanos. As linhas de financiamento para o desenvolvimento do setor agropecuário acabavam por facilitar a obtenção de crédito para empreendimentos rurais de médio e grande porte, que adotavam pacotes tecnológicos que preconizavam o uso de adubos com alta solubilidade, agrotóxicos e maquinários, que, conseqüentemente, reduziram o número de emprego nestas áreas. Os pequenos agricultores rurais foram os mais prejudicados por essa política de desenvolvimento, por não atenderem as exigências para obtenção do crédito rural feitas pelas agências de financiamento, que para liberarem o benefício, exigiam como garantia de quitação, o imóvel rural destas famílias. Como resultado, e sem opções e recursos para o desenvolvimento de atividades agropecuárias, esses pequenos agricultores se viam obrigados a sair do campo para a cidade (TELÓ; DAVID, 2012).

Atualmente, é possível de identificar uma mudança nos fatores de promoção do êxodo rural, principalmente com relação à população mais jovem que reside no campo (PUGAS, 2015). A insatisfação ocasionada pela baixa rentabilidade de atividades agropecuárias exercidas por esses produtores de base familiar faz com que surjam obstáculos a permanência da população jovem no campo (COSTA; RELISCH, 2013). Os jovens que conseguem obter maior grau de instrução, devido a possibilidade de maiores ganhos financeiros, acabam sendo atraídos por oportunidades de empregos em atividades exercidas no setor urbano, o que promover sua saída do meio rural (PUGAS, 2015).

A compreensão a respeito das causas que fazem com que as famílias inseridas do meio rural migrem para o meio urbano, tais como fatores econômicos, produtivos, culturais, direcionam a construção de barreiras para o estabelecimento do homem no campo e podem variar de acordo com a realidade da região onde estão inseridas (PUGAS, 2015). Desta forma, é importante destacar que ações que promovam ajuda mútua, tais como associativismo e cooperativismo, possibilitam a melhoria na qualidade de vida dos envolvidos, em aspectos como geração de renda, segurança alimentar e combate ao êxodo rural (MOREIRA; SOUZA, 2018).

O projeto de assentamento (PA) Paulo Fonteles havia recebido a construção de um viveiro, com capacidade estimada para 60 mil mudas, além de cursos práticos para a produção de mudas em parceria com a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) e a Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA). A atuação dos provedores de serviços foi reduzida pelo fato de a EMATER ter sido contratada por dois anos e meio pelo INCRA, entretanto, segundo os relatos dos produtores, sempre houve pouca assistência técnica por parte dos prestadores de serviços.

Segundo Pimentel (2007), o crédito rural é um instrumento que proporciona um estímulo fundamental para o desenvolvimento da produção e consolidação das fundações necessárias para o fortalecimento dos assentamentos rurais, entretanto, o acesso a uma adequada assistência técnica também é essencial para a correta execução das atividades agropecuárias desenvolvidas nestas áreas.

A atuação dessas equipes, no entanto, é dependente de diversos fatores, dentre eles, a oferta de recursos para o seu funcionamento, procedimentos adotados pelas empresas prestadoras de serviços, das metodologias adotadas para a difusão de conhecimento e pela capacidade técnica e política deste “promotor de desenvolvimento”.

Pimentel (2007), ainda identificou em sua pesquisa que a falta de continuidade de oferta de assistência técnica para as atividades agropecuárias adotadas nas áreas avaliadas, promoveu um enfraquecimento da capacidade dos assentados em obter êxito no desenvolvimento de suas atividades, assim como, criou barreiras para a obtenção de benefícios concedidos por órgãos gestores ou instituições financeiras.

A redução da organização dos moradores mediante da gestão dos recursos naturais está relacionada à desunião da associação de moradores, pois antes haviam acordos feitos entre todos os moradores para que fosse mantida a área de preservação de cada propriedade (80%) sendo a fiscalização exercida pela comunidade. Após esse fato, cada morador ficou responsável por cumprir as regras referentes ao código florestal, sem a intromissão de outros moradores.

Segundo Sangalli, Schlindwein & Sturza, (2017), um dos maiores desafios do modo de produção familiar é a exploração sustentável das propriedades, garantindo a redução de impactos ambientais durante a produção de alimentos. Essa problemática é relacionada ao reduzido tamanho das propriedades usadas pela agricultura familiar e a falta de acesso ao crédito rural (TELÓ; DAVID, 2012; NEUMANN; FARJADO, 2017).

A atuação do poder público não apresentou diferença entre os anos avaliados, e isto pode ser resultante da inexistência de assistências básicas no assentamento como a atuação dos prestadores de serviços ligados aos correios e coleta de lixo, bem como de assistência médica para os assentados.

O Art. 49 da Lei nº 11.445/2007 especifica alguns dos objetivos da Política Federal de Saneamento Básico, entre eles encontra-se a obrigatoriedade da aplicação dos recursos financeiros, administrados pelo poder público, para fomentação do desenvolvimento científico, da adoção de tecnologias apropriadas e da difusão dos conhecimentos gerados de interesse para o saneamento básico, assim como, a responsabilidade de proporcionar condições adequadas de salubridade ambiental às populações rurais e de pequenos núcleos urbanos isolados (BRASIL, 2006). Entretanto, os investimentos em saneamento básico, foram destinados em sua maioria para grandes núcleos urbanos, diferentemente das periferias e das populações rurais. Esse fato muitas vezes está associado com o modo de utilização e ocupação do espaço, que se caracteriza por circunstâncias pertinentes a interesses dos que detém a posse do território (CADONÁ, 2017).

De acordo com os estudos de Dantas (2017), a incidência significativa de doenças negligenciadas relacionadas à pobreza, às precárias condições de trabalho, falta de acesso a terra e

rede de abastecimento de água, são expressões da negligência por parte do poder público para com as famílias que vivem em áreas de acampamento e assentamentos rurais. Partindo dessa afirmativa, observa-se a importância do poder público à sociedade para garantir seus direitos básicos, dispostos na constituição federal de 1988, tendo em vista que o mesmo deve zelar pela população como um todo, visando promover condições favoráveis para a sobrevivência da população tanto das áreas urbanas quanto das áreas rurais.

Devido às diversas transformações sociais e econômicas que ocorreram no cenário rural do país, nos últimos anos, as ocupações têm sido uma das principais formas de luta social, o que aumentou circunstancialmente o número de assentamentos rurais por todo o Brasil (CANODÁ, 2017). Tais circunstâncias são reflexos de questões históricas referentes não somente a posse do território, mas também com o uso e ocupação do solo, em razão de interesses socioeconômicos e agrários no país, que interferem diretamente na qualidade do saneamento ambiental e consequentemente nas condições de vida da população rural (FERRETE et al., 2008).

De acordo com Lima, Silveira & França (2015), para o desenvolvimento do setor produtivo e econômico se faz necessário um apoio maior através das linhas de financiamento do governo federal, focado na geração de recursos financeiros, e da própria assistência contínua voltada às técnicas de cultivo das famílias assentadas, permitindo a criação de tecnologias que contribuirão para um maior rendimento das atividades desenvolvidas pelas famílias, com melhorias da produtividade e o aumento da produção de alimentos.

Dentre os desafios relacionados à conversão dos latifúndios em áreas reformadas, têm sido destacadas, entre outras, as dificuldades dos produtores familiares terem acesso ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) (MATTEI, 2015). No que diz respeito aos financiamentos ofertados aos assentados, os técnicos que participaram da pesquisa de Albuquerque, Coelho & Vasconcelos (2004), afirmaram que as taxas de juros ofertadas são elevadas para o tipo de agricultura que é praticada, além de ressaltarem que o fomento é insuficiente para atender as necessidades surgidas entre o momento do plantio e o momento da colheita, pois é no período intermediário que está a fase crítica, quando os assentados não têm como manter sua subsistência, corroborando com a visão dos assentados que reclamam também a respeito do parcelamento do crédito.

4 CONCLUSÃO

A partir da análise SEA realizada o estudo da dimensão “organização sindical e atuação do poder público” na unidade familiar, sugere-se que:

- O atributo Participação em associação de produtores ou movimentos organizacionais exerceu influência para a dinâmica dos resultados encontrados nas variáveis capacidade dos produtores de reivindicar direitos em instâncias decisórias, atuação dos provedores de serviços, organização dos moradores mediante da gestão dos recursos naturais e atuação dos moradores em atividades de produção agropecuárias;
- O atributo atuação do poder público não apresentou alterações quando considerado o intervalo de tempo avaliado, principalmente pela inexistência de serviços relacionados à oferta de atendimento médico, coleta de lixo e correios.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, F. J. B.; COELHO, J. A. P. M.; VASCONCELOS, T. C. As políticas públicas e os projetos de assentamento. **Estudos de Psicologia (Natal)**, v. 9, n. 1, p. 81-88, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-294X2004000100010&script=sci_arttext>.

BRASIL. Decreto nº 7.217, de 21 de junho de 2010. Regulamenta a Lei no 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico, e dá outras providências. **Manual de saneamento**. 3 ed. rev. Brasília: Fundação Nacional de Saúde, 2006.

CADONÁ, M.R. **Saneamento Básico: Estudo de Caso no Assentamento Rural Nossa Senhora Aparecida, Mariluz, Paraná**. Campo Mourão, 2017. 62f. Trabalho de Conclusão de Curso (Engenharia Ambiental) Departamento Acadêmico de Ambiental. Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Paraná, 2017.

CORRÊA, D. S. S.; FERREIRA, R. G. Movimentos sociais e agroecologia na Amazônia: um estudo de caso sobre o assentamento Paulo Fonteles na ilha do Mosqueiro em Belém – PA. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA FÍSICA APLICADA / I CONGRESSO NACIONAL, 17, 2017, Campinas, **Anais...** São Paulo: SBGFA, 2017.

COSTA, F. L. M.; RALISCH, R. A juventude rural do assentamento Florestan Fernandes no município de Florestópolis (PR). **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 51, n. 3, p. 415-432, 2013. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032013000300001>.

DANTAS, A. C. M. T. V. **Relatos e vivências em saúde do campo: a produção do cuidado em assentamentos da reforma agrária no interior de Pernambuco.** 2017. 117f. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017.

ESTERCI, N.; MEDEIROS, L. S. de; FRANCO, M. P.; LEITE, S. Assentamentos rurais: um convite ao debate. **Revista Reforma Agrária**, v. 22, n. 3, p. 4-15, 1992.

FABRINI, J. E. A cooperação agrícola nos assentamentos: uma proposta política. **Geografia**, Londrina, v. 9, n. 1, p. 67-78, 2020. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia/article/view/10177>>.

FERNANDES, M. J. C. Da luta pela terra à lupa pela reforma agrária no Brasil. **Revista Geointerações**, v. 1, n. 1, p. 55-67, 2017. Disponível em: <<http://periodicos.uern.br/index.php/geointeracoes/article/view/2178/1196>>.

FERRETE, J. A.; ROSELEN, V.; BORGES, E. L.; LEMOS, J. C. Qualidade ambiental da área do projeto de assentamento Ezequias dos Reis (Araguari, MG). **Horizonte Científico**, v. 1, p. 1-28, 2008.

GUILHOTO, J. J. M.; SILVEIRA, F. G.; AZZONI, C. R.; ICHIHARA, S. M. **Agricultura familiar na economia: Brasil e Rio grande do sul.** 1 ed. Brasília, 2015. 44p.

IDEFLOR-BIO. Mosqueiro recebe viveiro com capacidade para produção de 60 mil mudas. **Ideflor-Bio Informa**, ed. 13, 22 f., ano 02, novembro de 2016.

LEGLER, L.; LAGO, A.; CORONEL, D. A. A organização associativa no setor apícola: contribuição e potencialidades. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, Lavras, v. 9, n. 2, p. 151 – 163, 2007. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/878/87890201.pdf>>.

LIMA, C. C.; SILVEIRA, A. S.; FRANÇA, I. F. P. de. Dimensão produtiva da agricultura familiar: estudo de caso no projeto de assentamento Vale do Moju – PA. **Enciclopédia Biosfera**, Centro

Científico Conhecer – Goiânia, v. 11, n. 21, p. 777-793, 2015. Disponível em: <<http://www.conhecer.org.br/enciclop/2015b/agrarias/Dimensao%20produtiva.pdf>>.

MATTEI, L. Políticas públicas de apoio à agricultura familiar: o caso recente do PRONAF no Brasil. **Raízes**, v. 35, n. 1, p. 6-20, 2015. Disponível em: <<https://ren.emnuvens.com.br/ren/article/view/523>>.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO – MDA. **O que é a agricultura familiar?** Brasília. 2020. Disponível em: <<http://vitrine.mda.gov.br/o-que-e-a-agricultura-familiar>>.

MIRANDA, R. S.; CUNHA, L. H. H. Análise do processo de elaboração de planos de desenvolvimento de assentamentos rurais do semiárido nordestino. **Revista de Políticas Públicas**, v. 22, n. 1, p. 397-415, 2018. Disponível em: <<http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/9239>>.

MOREIRA, F. G.; SOUZA, G. M. de. A cooperação como meio de comercialização da produção nos assentamentos rurais: uma análise no assentamento Santa Olga. **Organizações e demografia**, v. 19, n. 2, p. 63-84, 2018. Disponível em: <<https://www2.marilia.unesp.br/index.php/orgdemo/article/view/7512>>.

NASCIMENTO, F. R. S. **Pluriatividade e incremento de renda nas famílias de assentamentos do Distrito Federal**. 2012, 178f. Dissertação (Mestrado em Agronegócios) Programa de Pós-Graduação em Agronegócio. Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

NEUMANN, E.; FARJADO, S. Sindicato dos trabalhadores rurais de Turvo-PR: reflexões sobre as contribuições do sindicalismo rural na agricultura familiar. **Revista NERA**, v. 20, n. 37, 2017. Disponível em: <<https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/4368/0>>.

OLIVEIRA, J. L. de; VASCONCELOS, M. A. M.; BITTENCOURT, P. C. S.; GUERREIRO, C. M. Evaluation of the impacts of the macrodrainage Works of the Tucunduba river: case study of the community of Pantanal – Belém, Brazil. **International Journal of Advanced Engineering Research and Science (IJAERS)**, v. 6, n. 2, p. 268-272, 2019. Disponível em: <<http://journal-repository.com/index.php/ijaers/article/view/1056>>.

OSTROM, E. A behavioral approach to the rational choice theory of collective action. **American Political Science Review**, Washington, D.C., v. 92, n. 1, p. 1-21, 1998. Disponível em: <<https://www.cambridge.org/core/journals/american-political-science-review/article/behavioral-approach-to-the-rational-choice-theory-of-collective-action-presidential-address-american-political-science-association-1997/5C1DEEB7336D463E53067FCB7ACEDC57>>.

PANTOJA, R. C. P. **Ação coletiva na criação e gestão do projeto de assentamento Paulo Fonteles em Mosqueiro, Belém – Pará**. 2010. 125f. Dissertação (mestrado) Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas. Universidade Federal do Pará, Belém, 2010.

PEREIRA, A. G. C.; VIANA, J. A. S.; SILVA, M. V. S. O. e; DAVID, E. C.; LISBOA, A. C. N.; VASCONCELOS, M. A. M. Análise regressiva de sistemas agroecológicos: um estudo de caso no assentamento Paulo Fonteles, distrito de Mosqueiro, Belém – PA. **Brazilian Journal of Development**, v. 6, n. 3, p. 14356-14372, 2020. Disponível em: <<http://www.brjd.com.br/index.php/BRJD/article/view/7957>>.

PIMENTEL, V. C. **Assentamento é mais que um “projeto”: a assistência técnica nos assentamentos rurais**. 2007. 150f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2007.

PINTO, B. C.; AMARAL, J. L.; COSTA, I. M.; VASCONCELOS, M. A. M.; GUEDES, A. S. Aula prática: um estudo de caso de vulnerabilidade socioambiental no assentamento Paulo Fonteles em Mosqueiro, Belém-PA. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE QUÍMICA, 59, 2019, João Pessoa, **Anais...** Paraíba: CBQ, 2019.

PUGAS, A. S. **A natureza do trabalho rural e sua influência sobre o esvaziamento no campo**. 2015. 42f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação de Tecnologia em Agroecologia) Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Bahia, 2015.

SANGALLI, A. R.; SCHLINDWEIN, M. M.; STURZA, J. A. I. Ações de pesquisa e extensão como perspectiva de mudança na paisagem no assentamento rural Lagoa Grande, em Dourados, Mato

Grosso do Sul. **Revista RA'e Ga**, v. 39, p. 92-110, 2017. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/raega/article/view/42409/32072>>.

SILVA, H. C. H.; BINOTTO, E.; VILPOUX, O. F. Cooperação e compartilhamento de informação entre os atores sociais em um assentamento rural. **Pesquisa em Gestão & Conhecimento**, v. 6, n. 1, p. 89-108, 2016. Disponível em: <<https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/pgc>>.

TELÓ, F.; DAVID, C. da. O rural depois do êxodo: as implicações do despovoamento dos campos no distrito de Arroio do Só, município de Santa Maria/RS, Brasil. **Mundo Agrário**, v. 13, n. 25, p. 1-20, 2012. Disponível em: <<http://sedici.unlp.edu.ar/handle/10915/26262>>.

ZAMBERLAM, H.; FRONCHETI, A. **Cooperação agrícola: melhoria econômica ou um novo projeto de vida?** Passo Fundo: Berthier, 1992. 136 p.